



GÊNERO E TRABALHO DOMÉSTICO EM PERSPECTIVA: O MUSEU AUGUSTO CASAGRANDE E A MEMÓRIA DE CECÍLIA DAROS

Julia Sabino Baldessar – UNESC - sabinobaldessar@gmail.com

Taiana de Oliveira – UNESC - odtaiana@gmail.com

Marina Schneider – UNESC - msshis@outlook.com

Michele Gonçalves Cardoso – UNESC - michelegc@unesc.net

Ismael Gonçalves Alves – UNESC - iga@unesc.net

1 INTRODUÇÃO

No ano de 1946 foi atribuído à Criciúma o título de “Capital Brasileira do Carvão” (CARDOSO, 2007:1) em referência à atividade carbonífera desenvolvida na região desde meados do século XIX, mas que durante a Segunda Guerra Mundial atingiu seu ápice e alcançou reconhecimento nacional. Por quatro décadas a cidade construiu uma identidade associada à extração do carvão, fixando no imaginário local os signos provenientes da atividade que transpareciam tanto no aspecto econômico, quanto na paisagem e vivência da população. No entanto, esta exploração do solo acarretou grandes problemas ambientais e de saúde pública e, na medida em que a política nacionalista de governo entrava em declínio, emergiu na região um discurso que responsabilizava a indústria carbonífera pelos males presentes na cidade.

A identidade relacionada à mineração já não atendia ao projeto sociopolítico da administração do então prefeito Altair Guidi que buscava criar uma imagem diferente para Criciúma, pautada em uma ideia de “acolhimento” através de espaços arborizados e de lazer. Foi nesta tendência que ocorreram diversas intervenções urbanas como a Praça Nereu Ramos, Paço Municipal e a conclusão da Avenida Centenário que almejavam distanciar a cidade da imagem relacionada ao carvão, comumente associado a espaços escuros, sujos e degradados (CARDOSO, 2007:3). Buscando uma nova identidade para o município, a prefeitura encontrou na colonização europeia a maneira de transformar o identitário local.

O território que compõe Criciúma na atualidade é fruto de um processo de anexação e desmembramento que pode ser analisado através de decretos de lei e censos. A Lei Estadual nº 1516, de 4 de janeiro de 1925 (CRICIÚMA, 2015:1) estabelece Criciúma como município, sob a grafia de “Cresciuma”. Anteriormente à esta data, a região fazia parte, como distrito, do município de Araranguá, que por sua vez também desmembrou-se do município de Laguna, através da Lei Provincial nº 901, de 3 abril de 1880. Este processo, bem como a presença dos povos indígenas na região, para a administração de Altair Guidi não refletia os anseios de

mudança da identidade criciumense e foram ignorados em favor da construção de uma origem europeia, remontando às famílias provenientes do norte da Itália que estabeleceram-se na localidade em 6 de janeiro 1880. Foi pautada neste núcleo colonial que a prefeitura teceu os discursos relativos à origem do município de Criciúma, que culminaram com a celebração do centenário da cidade e também na construção do Museu Augusto Casagrande.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A nossa perspectiva se vale do gênero como categoria de análise histórica, ancorada ao conceito de gênero como proposto por Joan Scott (1989:21), para quem “[...] o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”. Através desta categoria analítica buscamos compreender a maneira como o Museu Augusto Casagrande tece discursos acerca das relações de poder nos núcleos familiares de imigrantes italianos. Também, para compreendermos como a exposição fixa do museu dialoga com a comunidade local, nos ancoramos na perspectiva de Pomian Krzysztof (1998:77) acerca dos semióforos, objetos de coleção investidos de significados invisíveis que só se desvelam ao expectador quando expostos ao olhar. Por fim, nos fundamentamos no conceito de museologia de gênero conforme discutido por Irene Vaquinhas (2014:2), entendendo que a visibilidade às mulheres como agentes históricos é uma intervenção necessária à equidade social e que deve ser exercida pelos museus.

3 DISCUSSÃO

Inaugurado em 9 de janeiro de 1980, o Museu Augusto Casagrande se propõe um espaço de memória do processo de formação de Criciúma. A data de inauguração do museu acontece durante a comemoração do centenário, buscando construir um discurso de valorização da multiplicidade étnica dos supostos núcleos de fundadores que até então, no discurso memorialista, compreendiam a etnia italiana, alemã e polonesa. No entanto, no decorrer da organização da celebração, surge a necessidade de incluir dois outros grupos: portugueses e negros [sic], em função da resistência encontrada entre parte da população local que não identificava-se com nenhum dos três grupos iniciais. Segundo Cardoso (2007:4):

A maioria dos criciumenses não se identificava com nenhum dos três grupos tidos como fundadores pela história oficial, por isso o poder público, baseado em uma política eleitoral e inclusiva, decidiu por evidenciar a presença dos grupos português e negro.

No grupo português, podiam ser incluídos todos aqueles intitulados “brasileiros” ou aqueles tidos como “sem origem.” Nessa categoria, se enquadravam todos aqueles que não eram descendentes dos grupos fundantes da cidade. Esses seriam os “estrangeiros”, pessoas que teriam chegado a Criciúma com o objetivo de trabalhar, principalmente, na mineração. O grupo negro também entra nesse discurso para representar uma grande parcela da população que também estaria diretamente vinculada ao trabalho nas minas.

O espaço onde inaugurou-se o museu é a antiga residência do casal Cecília Daros e

Augusto Casagrande, imigrantes da região italiana de Treviso. Datado de 1920, o casarão foi doado à Prefeitura de Criciúma pelo neto do casal, Joacy Casagrande Paulo, progênito da única mulher entre os 15 filhos de Cecília e Augusto. As circunstâncias desta doação são permeadas por disputas de poder simbólico que transparecem nas exigências estabelecidas, por parte de Joacy, para a constituição do museu. Ficou estabelecido informalmente que o nome do museu deveria ser Augusto Casagrande, em memória ao patriarca da família, bem como deveriam permanecer expostas peças pertencentes à família Casagrande. Nesse sentido, há o hábito entre a população de reconhecer o museu como “o museu da colonização”, apesar de formalmente o espaço receber o título de “Museu Municipal Histórico e Geográfico Augusto Casagrande”, sem referência direta alguma à questão da colonização. Isso ilustra como o museu atende a expectativas de elites políticas locais que se identificam com o discurso do pioneirismo colonizador, na medida em que o próprio acervo é composto majoritariamente por objetos provenientes de pessoas de origem europeia. Se o núcleo colonizador italiano foi o que deu origem à cidade de Criciúma, os objetos no acervo do museu são, no entendimento do discurso eurocêntrico, uma espécie de prova que atesta o pioneirismo italiano, uma vez que as peças são identificadas por placas que registram o objeto como o primeiro do gênero na região.

Sobretudo, o acervo do museu é resultado da união de esforços entre professores do Departamento do então curso de Estudos Sociais da Fundação Educacional de Criciúma (FUCRI) e de uma gincana promovida pelo Colégio Madre Teresa Michel (ARNS, 1985:183). O Colégio Michel, como é conhecido, é tradicionalmente uma das instituições de ensino responsáveis pela educação das elites políticas locais, dessa forma, essa arrecadação de objetos passou por um filtro social que refletiu-se diretamente na natureza da coleção do museu. Podemos então constatar que os objetos do acervo são compreendidos como uma espécie de “curiosidade” acerca do pioneirismo europeu na constituição de Criciúma; não promovendo uma reflexão quanto a sua historicidade, eles são apresentados único e exclusivamente como dados factuais. Isso demonstra uma compreensão de História como “gabinete de curiosidades” que serve para mostrar fatos interessantes relacionadas à origem.

A compreensão por parte do público de significados intrínsecos ao objeto fica dificultada por exposições onde ele aparece descontextualizado. Alheio à intenção (se é que há, em alguns casos) comunicativa da exposição, o público pode acabar por admirar um objeto ensimesmado, destacado por seu valor material ou pelo status de quem o possuiu, não enquanto representação de um valor cultural mais amplo. (CÂNDIDO, 1998:22)

O acervo possui em sua maioria objetos pertencentes a famílias de imigrantes italianos, poloneses e alemães, que em geral possuem placas de identificação como a seguinte:

Figura 1 – Baú de Cartas



Fonte: Fotografia elaborada pelas autoras.

O que a placa comunica ao leitor é que o baú é um objeto prestigiado por ter pertencido à primeira professora de Criciúma, Maria Piazza Motta, descendente de imigrantes italianos, como atesta seu sobrenome. A placa não é suficiente para causar reflexão uma vez que se apoia no discurso pioneirista e não oferece uma contextualização que leve a uma análise para além do baú em si mesmo. Nessa perspectiva, a história serve para entreter através de curiosidades, numa espécie de *hobbie*. Ela não tem uma função de reflexão transformadora e não leva em consideração a construção do conhecimento; o que é o “primeiro” é a origem e isso é suficiente.

Toda a exposição está organizada de forma a levar as pessoas a compreenderem o espaço como uma residência, disposta conforme a antiga morada da família Daros Casagrande. Os cômodos são formados através do agrupamento de objetos da mesma espécie, ou seja, utensílios de cozinha comunicam que o cômodo onde estão expostos era a antiga cozinha do casarão e assim por diante. Neste sentido, entre as seis salas abertas para visitação, há três espaços principais que exercem uma narrativa mais coesa acerca do cotidiano das famílias de imigrantes: a cozinha, a sala de estar e o quarto do casal.

Figura 2 – A cozinha



Fonte: Elaborada por Rodrigo Fabre Feltrin.

Talvez o lugar mais tradicionalmente associado às mulheres, a cozinha é por excelência onde os trabalhos de cuidados são incipientes, uma vez que é através da alimentação que todo um discurso de diligência da família busca capturar a mão de obra feminina. Na sala do museu caracterizada como tal, não há qualquer referência à Cecília Daros ou então às atividades realizadas por mulheres nesse âmbito. Essa descontextualização que não direciona o olhar das e dos visitantes, contrasta com o painel fixado na sala de entrada que brevemente conta a trajetória do núcleo familiar Daros Casagrande, dando ênfase a uma fotografia do patriarca Augusto.

Figura 3 – Painel na sala de entrada



O painel identifica Augusto Casagrande como “pioneiro no trabalho com engenho e olaria”, estabelecendo a ligação do patriarca com o progresso empreendido na cidade de Criciúma pelos imigrantes europeus, discurso que dará o tom de toda a narrativa nas outras salas. Apesar do museu ser organizado como uma residência, espaço privado tradicionalmente relacionado às mulheres, Cecília Daros não recebe menção especial de maneira a favorecer uma leitura de sua figura como agente histórica no contexto regional, tal qual seu marido. O trabalho no lar, o trabalho reprodutivo, a diligência da família não são reconhecidos como categorias integrantes do processo de desenvolvimento da região; elas são naturalizadas e consequentemente subalternizadas em comparação ao trabalho no âmbito público realizado pelos homens. Na perspectiva memorialista e tradicional exercida pelo Museu Augusto Casagrande, dentre os sujeitos históricos de Criciúma inscrevem-se sobretudo os patriarcas. Segundo Perrot (2001:186):

O século XIX levou a divisão das tarefas e a segregação sexual dos espaços ao seu ponto mais alto. Seu racionalismo procurou definir estritamente o lugar de cada um. Lugar das mulheres: a Maternidade e a Casa cercam-na por inteiro.

Se idealmente estavam restritas ao lar, a maneira de visibilizar mulheres como agentes históricas se dará, especialmente, através da busca de sua presença nesse espaço. O Museu Augusto Casagrande, ao ignorar a história individual de Cecília Daros, assenta sobre a sua memória uma identidade limitada que a define como esposa e mãe, restringindo-a como sujeito apenas no que se relaciona aos filhos e ao marido.

4 CONCLUSÃO

A invisibilização e opressão das mulheres tem sido exercida paulatinamente ao longo da sociedade ocidental de tal maneira que o espaço destinado às mulheres limitou-se ao ambiente do lar. Pautado em uma tradição judaico-cristã, e a partir do século XVIII, uma norma burguesa dita um ambiente familiar nuclear constituído de pai, mãe e prole que circunscreve ainda mais o espaço das mulheres ao que está relacionado ao privado. Do mesmo modo que tais discursos direcionam as mulheres ao lar, a historiografia conduziu a história das mulheres à marginalidade. Só recentemente tem eclodido estudos, discussões e pesquisas que tornam as mulheres seu objeto de análise, sob a perspectiva do gênero enquanto categoria analítica. A história oficial não fala de mulheres, a Escola dos Annales reconhece às mulheres, o gênero analisa as relações de poder entre homens e mulheres. O Museu Augusto Casagrande, por sua vez, reproduz o discurso da história oficial, tornando-se um local androcêntrico na medida em que visibiliza o trabalho do patriarca Augusto em detrimento de Cecília. Se, tradicionalmente, o corpo que preenche a casa é o das mulheres, é função do museu, antiga residência da família Casagrande, abranger em sua narrativa uma reflexão

sobre o cotidiano doméstico que certamente incluía uma mulher. Ignorar este compromisso com a equidade de gênero através da crítica social, implica manter na subalternidade tudo o que Cecília e outras mulheres representam quando expostas à luz do “legado” de Augusto. Carinhosamente referenciada como “santa Cecília” (DAROS, 2007:375), a ela não cabe uma menção honrosa, exceto pela imagem de mulher abnegada.

5 REFERÊNCIAS

ARNS, Otília (Coord.). **Criciúma 1880-1980: A semente deu bons frutos**. Florianópolis, Estado de Santa Catarina, 1985.

CARDOSO, Michele Gonçalves. **De capital do carvão à cidade das etnias: a transformação identitária criciumense no período de seu centenário (1980)**. Tempos Acadêmicos [recurso eletrônico] / Universidade do Extremo Sul Catarinense, Departamento de História. Vol. 1, n.5 (2007). Criciúma, SC: Ed. UNESCO, 2007.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. **Ondas do Pensamento Museológico Brasileiro**. Cadernos de Sociomuseologia, [S.l.], n. 12, 1998. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/issue/view/29>>. Acesso em: 12 jun 2018.

CRICIÚMA. **Lei Orgânica do Município de Criciúma**. Art. 1. 2015. Disponível em: <<https://www.camaracriciuma.sc.gov.br/upload/2016/09/14/lei-organica-do-municipio-de-criciuma-atualizada-ate-a-emenda-no-023-15-57d9caa0e840b.pdf>>. Acesso em: 12 jun 2018.

DAROS, Jorge. **A saga dos Daros**. Criciúma: Ed. do Autor, 2010.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales 1929-1989: A Revolução Francesa da historiografia**. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.

POMIAN, Krzysztof. **História Cultural, história dos semióforos**. IN: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. Para uma História Cultural. Lisboa: Estampa, 1998. p. 71-95.

VAQUINHAS, Irene. **Museus do feminino, museologia de gênero e o contributo da história**. MIDAS [Online], 3 | 2014. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/midas/603>>. Acesso em: 20 jun 2018.